

A Força do Associativismo



A IMPORTÂNCIA DO ASSOCIATIVISMO PARA SE ALCANÇAR UMA GESTÃO ATIVA E SUSTENTÁVEL DA FLORESTA

A gestão ativa e sustentável da floresta em Portugal é essencial para a resiliência dos territórios rurais, a conservação da biodiversidade e o combate às alterações climáticas. Contudo, essa gestão continua fortemente condicionada pela fragmentação fundiária, pela falta de escala e por limitações técnicas e económicas que impedem a adoção generalizada de boas práticas. Neste contexto, o associativismo florestal emerge como uma resposta estruturante, capaz de agregar vontades, otimizar recursos e criar condições para uma gestão profissional e integrada dos espaços florestais.

Desde o início do século XX, com a criação do Regime Florestal em 1901, até à consolidação das Organizações de Produtores Florestais (OPF) nas décadas recentes, o associativismo tem sido um instrumento fundamental para operacionalizar políticas públicas, dinamizar a economia florestal e valorizar os serviços de ecossistema.

Embora enfrente desafios significativos, como a baixa taxa de adesão e a dependência de apoios públicos, representa hoje um dos caminhos mais promissores para concretizar uma gestão florestal que seja simultaneamente ambientalmente responsável, socialmente justa e economicamente viável.

O associativismo florestal em Portugal é um pilar inquestionável na promoção da sustentabilidade e na organização dos pequenos proprietários. A verdadeira expansão deste movimento ocorreu após a década de 1980, com o surgimento dos agrupamentos de produtores florestais e o Programa Específico de Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa (PEDAP), que permitiram o fortalecimento das associações e federações do setor.

Apesar dos progressos, apenas 16% dos proprietários florestais estão associados, um dos níveis mais baixos da Europa. A estrutura minifundiária, a falta de comunicação eficaz e a dependência de apoios são entraves à sua ampliação. Torna-se urgente desenvolver campanhas de sensibilização, promover a agregação de propriedades e criar unidades de gestão mais robustas e profissionalizadas.

As associações de produtores desempenham um papel vital na certificação, na prevenção de incêndios, na formação técnica, na promoção de boas práticas e na valorização dos serviços de ecossistema, como o sequestro de carbono ou a conservação da biodiversidade.

A cooperação entre proprietários é essencial para enfrentar os desafios estruturais da floresta portuguesa, e a utilização de plataformas digitais pode potenciar a partilha de boas práticas e criar redes de apoio técnico e logístico mais eficientes.

A Lei de Bases da Política Florestal (Lei n.º 33/96) reconhece o papel dos privados na regulação do uso florestal e assenta numa visão integrada, que tem sido reforçada por diversos instrumentos de ordenamento, prevenção de incêndios e adaptação às alterações climáticas. Contudo, para além das medidas legais e técnicas, é imprescindível reconhecer que a sustentabilidade florestal exige uma abordagem colaborativa, apoiada em estruturas de proximidade, como as OPF.

Neste sentido, a gestão sustentável da floresta e o associativismo não são apenas compatíveis: são interdependentes. A floresta portuguesa, marcada por uma diversidade ecológica e cultural, requer uma resposta sistémica e territorialmente adaptada, em que o trabalho coletivo, a capacitação técnica e a responsabilidade partilhada sejam os pilares de uma nova geração de políticas florestais.

1. A COMPLEXIDADE DA LEGISLAÇÃO E DA POLÍTICA FLORESTAL

A floresta é, por natureza, um espaço multifuncional, que concentra uma grande diversidade de interesses, os quais nem sempre se alinham ou se harmonizam. A formulação da legislação que regula a propriedade e a gestão florestal deve, portanto, ser o resultado de um processo de ponderação cuidadoso entre esses interesses, sejam eles económicos, ambientais, sociais ou culturais. É essa ponderação cuidadosa que determina, em grande parte, o sucesso e a sustentabilidade de qualquer política pública voltada para o setor florestal. Contudo, a ênfase excessiva na valorização económica das florestas, em detrimento da compreensão do seu papel ecológico essencial, tem levado a uma exploração desajustada, ignorando os ritmos naturais de regeneração e comprometendo, assim, a sua renovação futura. Esta lógica utilitarista de curto prazo tem levado a uma degradação progressiva do património florestal, pondo em risco os equilíbrios ambientais dos quais todos dependemos. A exploração insustentável das florestas tem de ser evitada, e a gestão florestal precisa de ser mais integrada e focada na sustentabilidade a longo prazo.

Importa sublinhar que as florestas geram múltiplos tipos de benefícios. Do ponto de vista económico, são fontes diretas de riqueza, seja através da produção de energia limpa, seja pela oferta de alimentos ou outros produtos naturais, e desempenham um papel indireto, mas essencial, como base de matérias-primas para várias indústrias, nomeadamente as da madeira, papel, mobiliário, impressão e outras. Entretanto, os benefícios florestais não se limitam à vertente económica. Ao nível social e cultural, as florestas desempenham um papel estruturante. Em territórios rurais, representam uma oportunidade de criação de emprego e de fixação da população, contrariando fenómenos como o despovoamento e a desertificação do interior. Simultaneamente, as florestas integram-se na paisagem de forma identitária, sendo elemento de referência para as comunidades locais e espaço privilegiado para recreio, lazer e bem-estar, inclusive em contextos urbanos. Do ponto de vista ambiental, os serviços prestados pelos ecossistemas florestais são de valor incalculável.

A floresta funciona como sumidouro de carbono, contribuindo para a purificação do ar e a regeneração do oxigénio, uma função vital num cenário de crescente emissão de gases com efeito de estufa e de ameaça à estabilidade climática. Além disso, atua na regulação do ciclo hidrológico, filtrando e retendo a água no solo, prevenindo a erosão, os deslizamentos de terras e outros fenómenos extremos associados à degradação dos solos e às alterações climáticas. A gestão responsável da floresta é essencial para preservar estas funções ecológicas cruciais. Mesmo sem pretender esgotar a enumeração das múltiplas funções da floresta, não se pode omitir a sua importância na preservação da biodiversidade. Seja enquanto habitat direto de inúmeras espécies vegetais e animais, seja como meio para o desenvolvimento de florestas diversificadas, promovendo espécies autóctones e combatendo a uniformização do coberto vegetal, a floresta representa um ecossistema de valor insubstituível.

2. DESAFIOS E OPORTUNIDADES

Perante os desafios ambientais, económicos e sociais que atravessam os territórios rurais, é fundamental repensar a gestão da floresta, a forma como a produzimos, como valorizamos os seus serviços e como envolvemos as comunidades neste processo.

A sustentabilidade deve deixar de ser uma meta abstrata e tornar-se numa exigência concreta, transversal a todas as etapas da cadeia de valor florestal. Em 2025, espera-se que se afirme a necessidade de implementar modelos de gestão resilientes, colaborativos e adaptados às especificidades do território.

A gestão agrupada surge, neste contexto, como um eixo estruturante. Modelos como os Agrupamentos de Baldios (AdBaldios), as Zonas de Intervenção Florestal (ZIF), as Áreas Florestais Agrupadas (AFA), as Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP) ou as Operações Integradas de Gestão da Paisagem (OIGP) são soluções essenciais para alcançar escala, otimizar recursos captar investimento e promover um ordenamento mais eficiente e sustentável da floresta.

É fundamental revitalizar e valorizar estes instrumentos, bem como apoiar o surgimento de novos modelos, sempre com base na coesão territorial, na capacitação técnica e na responsabilização dos diversos atores.

Outro eixo essencial será a ligação entre floresta e tecnologia.

A digitalização e a inovação devem ser colocadas ao serviço dos técnicos florestais, facilitando o planeamento, a monitorização e a tomada de decisão, otimizando recursos e promovendo uma gestão mais inteligente e transparente. A tecnologia será crucial para a adaptação da gestão florestal às novas exigências do sector. Além disso, será vital responder às necessidades da indústria.

O setor produtivo exige matéria-prima de qualidade de forma contínua e sustentável. Para isso, é urgente aumentar a produção florestal nacional e reduzir a dependência das importações, promovendo uma maior retenção de valor no território.

2.1. VALORIZAÇÃO ECONÓMICA DOS SERVIÇOS DE ECOSISTEMA: POTENCIAL, DESAFIOS E INSTRUMENTOS DE IMPLEMENTAÇÃO

A valorização dos serviços de ecossistema (SE) tem vindo a assumir um papel crescente nas políticas ambientais e territoriais da União Europeia, refletindo uma maior consciencialização sobre os benefícios que os ecossistemas saudáveis oferecem à sociedade. Esses serviços — como a regulação do clima, a conservação da água, da biodiversidade ou o sequestro de carbono — constituem infraestruturas naturais de valor incalculável. A sua valorização deve traduzir-se numa remuneração justa para os territórios que os asseguram, reconhecendo os benefícios gerados e incentivando práticas de gestão sustentáveis.

As áreas comunitárias, como os baldios, desempenham um papel fundamental neste contexto, embora não exclusivo. Qualquer território que preste serviços de ecossistema deve ser reconhecido e incentivado, especialmente se associado a uma gestão agrupada e ao apoio técnico adequado. Estas condições podem transformar as paisagens rurais em motores de desenvolvimento territorial, promovendo a fixação de populações, a criação de emprego qualificado e a dinamização das economias locais.

Inicialmente concebidos para contabilizar externalidades e promover práticas agrícolas sustentáveis, os projetos de Pagamento por Serviços de Ecossistema (PSE), ou PES (sigla em inglês), têm vindo a alargar os seus objetivos, integrando dimensões como a conservação da biodiversidade e o sequestro de carbono, e constituem instrumentos cada vez mais centrais na Política Agrícola Comum.

Contudo, os esquemas de PES enfrentam desafios significativos que podem comprometer a sua eficácia. Entre eles, destaca-se a insuficiência das compensações e a desigual distribuição de poder entre os agentes envolvidos, como os produtores locais e os governos. A falta de parcerias fortes e de confiança gera frequentemente conflitos, dificultando a operacionalização dos programas. Além disso, a falta de compradores, especialmente quando o problema ambiental não é entendido como uma necessidade urgente, contribui para o desinteresse e o subfinanciamento destes esquemas.

Adicionalmente, existem dificuldades associadas à governação, como a escassez de mecanismos de monitorização, a baixa transparência entre as partes e a complexidade na avaliação de indicadores ecológicos, cuja evolução é, por natureza, lenta.

a baixa transparência entre as partes e a complexidade na avaliação de indicadores ecológicos, cuja evolução é, por natureza, lenta. Os PES, tal como concebidos na União Europeia, incluem frequentemente parcerias entre o setor público e o privado, materializando-se através de financiamentos governamentais, contribuições de utilizadores (como empresas) ou esquemas mistos. A sua promoção tem sido integrada nos Programas de Desenvolvimento Rural (PDR), sendo que, em Portugal, o pagamento por serviços de ecossistema foi formalmente introduzido na agenda política em 2019, com a aprovação de uma política de remuneração por parte do Conselho de Ministros. Esta política definiu um horizonte temporal mínimo de 20 anos para os pagamentos, com uma dotação superior a 3,7 milhões de euros até 2038, estimando-se uma remuneração média de cerca de 290 euros por hectare por ano (Ministro do Ambiente, in Jornal Público, 2019). A atribuição de valor económico aos serviços dos ecossistemas exige a avaliação das alterações no bem-estar humano decorrentes de mudanças no seu nível de provisão, com base numa lógica de variações marginais (Turner et al., 2003).



OS MÉTODOS PARA ATRIBUIR VALOR ECONÓMICO AOS SE PODEM SER AGRUPADOS EM DUAS CATEGORIAS PRINCIPAIS

Preferências reveladas, baseadas na observação de comportamentos reais e aplicáveis a posteriori, centrando-se nos valores de uso.

Preferências declaradas, que recorrem a questionários e técnicas de avaliação antecipada, sendo capazes de captar também os valores de uso indireto ou passivo.

A escolha do método mais adequado depende das características do serviço em análise, da sua mensurabilidade e do contexto da decisão a tomar. Em algumas situações, podem ainda ser utilizados métodos baseados em custos, como os custos associados à restauração ecológica, que funcionam como aproximações do valor de certos serviços, em especial os de regulação e culturais.

É igualmente essencial distinguir entre os serviços propriamente ditos e os benefícios que deles advêm. Fisher e Turner (2008) salientam que um único serviço pode originar múltiplos benefícios, dependendo do grupo social em causa, o que torna necessário identificar com precisão os beneficiários, para assegurar uma valoração justa e eficaz.

Por fim, é importante reconhecer os limites da valoração económica. O VET não consegue captar totalmente os valores simbólicos, culturais ou identitários associados aos serviços culturais, nem a importância intrínseca da integridade e resiliência dos ecossistemas, o que Turner et al. (2003) descrevem como a “cola” que mantém os ecossistemas funcionais. Apesar de serem difíceis de quantificar, estes elementos são vitais para a continuidade da provisão de serviços e devem ser tidos em conta na formulação de políticas públicas e nas decisões de ordenamento e gestão ambiental.

3. CONCLUSÃO

A valorização económica dos serviços de ecossistema — especialmente enquanto bens públicos — baseia-se nos princípios do “beneficiário-pagador” e do “fornecedor-pago”, como referem Blöchlinger (1994) e Madureira et al. (2013). No contexto florestal português, estes princípios são essenciais para operacionalizar mecanismos que reconheçam e compensem a gestão sustentável do território, ainda que tal valorização nem sempre implique a criação de mercados formais.

Estes mecanismos procuram, de um lado, mobilizar a procura pelos serviços através de incentivos que motivem os beneficiários a contribuir para a sua provisão e, do outro, assegurar a oferta, garantindo compensações justas aos fornecedores dos serviços. No entanto, dada a complexidade em quantificar diretamente os outputs dos serviços de ecossistema, como a biodiversidade ou a qualidade da água, torna-se comum basear as compensações na adoção de práticas de gestão sustentável do uso do solo que favoreçam não só a conservação ambiental, como também a provisão continuada de bens e serviços fundamentais à sociedade. É neste contexto que o associativismo florestal assume um papel central na paisagem portuguesa.

Diante da fragmentação fundiária, das limitações técnicas e financeiras dos pequenos proprietários e da necessidade de implementação de práticas sustentáveis e integradas, as Associações de Produtores Florestais revelam-se atores privilegiados na operacionalização destes mecanismos.

Estas estruturas associativas, através da gestão agrupada e colaborativa, facilitam a adoção de boas práticas de uso do solo, organizam a oferta dos serviços de ecossistema e tornam mais viável a sua valorização económica, num momento em que a convergência entre ambiente e economia se revela inadiável para a coesão territorial. Como refere Madureira et al. (2013), a valorização dos serviços de ecossistema pode ser concretizada através de estratégias complementares, desde a privatização até à ação coletiva, sendo esta última particularmente pertinente no contexto florestal português, onde o associativismo atua como catalisador da cooperação e como agente ativo na interface entre proprietários, políticas públicas e beneficiários dos serviços. Neste sentido, a ação coletiva promovida pelas associações florestais pode não só facilitar a implementação de instrumentos de Pagamento por Serviços de Ecossistema (PSE), como também contribuir para a valorização simbólica, cultural e identitária da floresta.

A gestão florestal integrada e colaborativa, apoiada pelo associativismo, é determinante para garantir a sustentabilidade das florestas e das comunidades. Por isso, é crucial que as políticas públicas reconheçam o papel estratégico destas estruturas, apoiando o seu fortalecimento com medidas disruptivas de capacitação, financiamento e inovação — não só como instrumento técnico, mas também como resposta sistémica e social aos desafios da sustentabilidade.

REDE FORESTIS



AFACC - Associação Florestal e Ambiental do Concelho de Chaves
AFBAIXOVOUGA - Associação Florestal do Baixo Vouga
AFCÁVADO - Associação Florestal do Cávado
AFCGÓIS - Associação Florestal do Concelho de Góis
AFEDTÂMEGA - Associação Florestal de Entre Douro e Tâmega
AFEDVOUGA - Associação Florestal Entre Douro e Vouga
AFLIMA - Associação Florestal do Lima
AFLODONORTE - Associação Florestal do Vale do Douro Norte
AFLOPINHAL - Associação Florestal do Pinhal
AFRIBEIRAPENA - Associação Florestal de Ribeira de Pena
AFVALESOUSA - Associação Florestal do Vale do Sousa
AGRIARBOL - Associação dos Produtores Agro-Florestais da Terra Quente
AGUIARFLORESTA - Associação Florestal e Ambiental de Vila Pouca de Aguiar
APFAM - Associação dos Produtores Florestais de Alvelos e Muradal
APFCAN - Associação de Produtores Florestais dos Concelhos de Alcobaça e Nazaré
APFCARGANIL - Associação dos Produtores Florestais do Concelho de Arganil
APFLOR - Assoc. dos Prod. e Prop. Florestais do Conc. de Pedrogão Grande
APFVMINHO - Associação de Produtores Florestais do Vale do Minho
ARBOREA - Associação Agro-Florestal e Ambiental da Terra Fria Transmontana
ASVA - Associação dos Silvicultores do Vale do Ave
CAPOLIB - Cooperativa Agro Rural de Boticas
CEDRUS - Associação de Produtores Florestais de Viseu
CELFLOR - Associação de Produtores Florestais
CSAFVILANOVACEIRA - Cooperativa Social e Agro - Florestal de Vila Nova do Ceira
PORTUCALEA - Associação Florestal do Grande Porto
RIBAFLO - Associação Florestal das Terras de RibaDouro
URZE - Associação Florestal da Encosta da Serra da Estrela
VERDELAFÕES - Associação de Produtores Florestais
COOPBARROSO - Cooperativa Agrícola do Barroso
AMFALA - Associação de Manutenção Florestal dos Amigos do Litoral Alentejano
AGRO LILA - Associação Agro-Florestal das Terras do Lila
ALTO DA BROCA - Associação de Produtores Florestais
CUMEADAS - Associação de Proprietários Florestais das Cumeadas do Baixo Guadiana
APOSC - Associação Para o Ordenamento da Serra da Cabreira
ASSOCIAÇÃO MÚTUA DE BASTO - Associação Des. Rural, Mútua Seguros Multi-Serviços
SILVIDOURO - Associação Agro florestal